

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.287 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 2 DE MAIO DE 2001

## CCJ deve votar redução da campanha eleitoral

O projeto do senador Jorge Bornhausen que reduz o período da campanha eleitoral em 42 dias deverá ser votado hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em reunião que começa às 10h. Conforme a proposta, a campanha terá início em 16 de agosto, ao invés de 5 de julho, como determina a atual legislação. O intervalo entre o primeiro e o segundo turno da eleição seria reduzido de quatro para três semanas. A proposta altera o critério de divisão do horário eleitoral gratuito, que passaria a levar em conta o tamanho das bancadas partidárias da Câmara dos Deputados no início da legislatura, e não do ano eleitoral.

Constam da pauta de hoje da CCJ outros 15 itens, como o projeto da senadora Marina Silva que impede a candidatura de suplentes que sejam parentes até o segundo grau do candidato a senador. Também pode ser examinada proposta de Álvaro Dias que possibilita a nomeação dos membros de tribunais de contas estaduais e municipais por meio de concurso público.

PÁGINA 5

Os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apreciam hoje a proposta de Jorge Bornhausen (no detalhe) que promove mudanças em diversos aspectos da campanha eleitoral



## Martus explica LDO para parlamentares

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, comparece hoje, a partir das 14h30, à Comissão Mista de Orçamento para explicar a deputados e senadores os pontos fundamentais da proposta

de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O projeto já está adequado à Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe a todas as esferas governamentais um rígido sistema de controle nas finanças públicas.



O ministro Martus Tavares é aguardado na Comissão Mista de Orçamento a partir das 14h30

PÁGINA 3



## CAE examina projeto que estimula emprego para maiores de 40 anos

A Comissão de Assuntos Econômicos examina hoje, às 10h, projeto de lei que institui incentivo para as empresas que mantiverem em seus quadros empregados com idade superior a 40 anos. De autoria do senador Jefferson Péres, o projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Pedro Simon.

De acordo com a proposta, as empresas que mantiverem pelo menos 30% dos empregados com idade superior a 40 anos terão direito a um incentivo fiscal que poderá chegar ao valor de até 25% do montante de salários e encargos sociais pagos anualmente.

PÁGINA 3

## CE avalia acesso a ensino superior



A Universidade de Brasília (UnB) foi pioneira na implantação do Programa de Avaliação Seriada (PAS)

A Comissão de Educação (CE) examina hoje projeto que estende o Programa de Avaliação Seriada (PAS) a instituições de educação superior não-universitárias integrantes do sistema federal de ensino. O PAS permite aos alunos realizar vários exames, que substituem o vestibular, enquanto estão cursando o ensino médio. Para isso, podem ser reservadas de 25% a 75% das vagas das escolas de formação superior.

PÁGINA 6

# CI sabatina dois indicados para direção da Aneel

Perspectiva de racionamento de energia elétrica deve ser um dos temas abordados na reunião

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se hoje, a partir das 10h, para votar mensagens do presidente da República indicando dois novos diretores para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). São eles os engenheiros Paulo Jerônimo Bandeira



José Alencar preside a comissão, que se reúne hoje, a partir das 10h

senador licenciado José Jorge, avalia que os dois indicados possuem grande experiência no setor, "estando aptos para conduzir os destinos da agência".

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa, 39 anos, é engenheiro mecânico, formado pela

Universidade de Bra-

sília (UnB), com formação complementar em sistemas auxiliares de usinas hidrelétricas, turbinas hidráulicas e projetos de pequenas centrais hidrelétricas. Eduardo Henrique Ellery Filho, 43 anos, é engenheiro electricista graduado pela UnB, com pós-graduação em engenharia de sistemas elétricos de potência pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá (MG). Desde dezembro de 1997 é diretor-ouvindo da Aneel.

## Plenário vota renovação de permissão para emissoras

O Senado vota hoje decretos legislativos destinados a renovar a permissão outorgada para o funcionamento de seis emissoras de rádio. São elas: Rádio Cidade de Cascavel (PR); Rádio Princesa Isabel, de Princesa Isabel (PB); Fundação Cultural Artur de Souza Valle, de Nova Odessa (SP); Rádio Tuiuti, de Matinópolis (SP); Rádio Zequinha de Abreu, de Santa Rita de Passa Quatro (SP); e Flash FM Radiodifusão, de Cosmópolis (SP).

Ficou para o próximo dia 9 a votação da proposta de emenda

constitucional do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que obriga o presidente da República, os governadores e os prefeitos a renunciarem até seis meses antes do pleito, se desejarem disputar a reeleição. O senador diz ter elaborado o texto com o propósito de dotar o sistema eleitoral de maior lisura e transparência. Segundo ele, não exigir dos detentores de postos executivos a desincompatibilização reclamada dos outros cargos eletivos afronta o princípio da isonomia consagrado na Constituição.



## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 2 DE MAIO DE 2001

### PLENÁRIO

#### 14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 44/00, altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal, que dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos do presidente da República, governadores de estado e do Distrito Federal e dos prefeitos que se candidatarão à reeleição; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 45/00, modifica o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal, que obriga governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos a renunciarem seis meses antes do pleito, quando concorrem à reeleição; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

### COMISSÕES

#### 10h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Mensagem nº 114/01, submete à apreciação do Senado proposta de indicação de Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); e Mensagem nº 115/01, submete à consideração do Senado proposta de indicação de Eduardo Henrique Ellery Filho para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

#### 10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PLC nº 97/00, acrescenta parágrafo único ao artigo 4º e dá nova redação ao parágrafo 3º do artigo 8º da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola (estabelecendo que os instrumentos de política agrícola deverão orientar-se pelos planos de safra e os planos plurianuais); Diversos nº 29/96, informa ao Senado a determinação de que as competências ditadas pela legislação, pelos Regimento Interno e Manual de Administração do Banco Central, concernentes aos assuntos de Fiscalização de Normas e Organização do Sistema Financeiro e de Política Monetária, passam a ser exercidas, respectivamente, pelos diretores Cláudio Ness Mauch, Alkmar Ribeiro Moura e Francisco de Pádua Lopes, e permanecem inalteradas as competências e atribuições dos demais diretores; PLC nº 80/96, obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; PLC nº 83/00, altera a redação do artigo 3º da Lei nº 9.311/96, estendendo a isenção da CPMF (aliquota zero) nos lançamentos a débito nas contas correntes de depósito cujos titulares sejam: missões diplomáticas, repartição consular de carreira e representação de organismos internacionais no Brasil e seus funcionários estrangeiros que não tenham residência permanente no país e membros das famílias desses funcionários que com eles vivam; PRS nº 44/00, autoriza a União e o estado da Paraíba a celebrarem contrato de refinanciamento de dívida correspondente a R\$ 108,9 milhões, relativa ao reconhecimento de dívidas do estado do Paraíba junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB); Diversos nº 13/98, solicita a liberação do montante de 140,3 mil Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo (LFT-SP), custodiadas no Cetip, bloqueadas temporariamente através de solicitação da CPI dos Títulos Públicos; PRS nº 54/00, estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações que especifica; Diversos nº 21/98, solicita ao presidente do Senado seja dado tratamento diferenciado às operações de crédito realizadas pelos estados e municípios junto ao BNDES, a sua subsidiária integral Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e aos agentes financeiros de ambos, no âmbito do Programa de Modernização das Administrações Tributárias Municipais (PMAT), do Programa de Assistência Técnica à Parceria Público-Privada em Saneamento (Propar) e do Projeto Multissetorial Integrado; PLS nº 606/99, transfere para o governo do DF as ações pertencentes à União da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap); PLS nº 103/99, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; e PLS nº 466/99, altera a Lei nº 6.305/75, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

#### 10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Emendas de Plenário nºs 2 e 3 à PEC nº 61/99, dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP), altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal); PLS nº 685/99 (tramitando em conjunto com o PLS nº 26/00), altera os arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real, o sistema monetário nacional, estabelece as regras e condições de emissão do real e os critérios para conversão das obrigações para o real; PLC nº 11/98 (tramitando em conjunto com o PLS nº 59/99), regulamenta o parágrafo 1º do art. 213 da Constituição federal; PEC nº 36/00, altera a redação do parágrafo 4º do artigo 255 da Constituição federal (condições de preservação do meio ambiente, para utilização dos recursos naturais); PLS nº 91/00, que dispõe sobre a divulgação em diário oficial do relatório do registrador de dados de voto (caixa-preta) de avião acidentado; PEC nº 25/00, altera o art. 75 da Constituição federal, para facultar a nomeação de membros das cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; PLS nº 57/00, altera a redação dos artigos 259, 261 e 496 da Lei nº 5.869/73 (Código de Processo Civil); PLS nº 135/99, altera os artigos 240 e 241 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); PLS nº 148/99, que dispõe sobre o fornecimento, pelo SUS, de transporte, alimentação e hospedagem aos pacientes cujo tratamento se realizar fora do local de seu domicílio; PLS 190/99-Complementar, altera a Lei Complementar nº 64/90 (Lei de Inelegibilidade), para vedar o registro, como suplente de candidato a senador, de parentes deste até o segundo grau; PLS nº 43/99, revoga o art. 2º da Lei nº 9.192/95, que altera dispositivos

da Lei nº 5.540/68, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários; PLS nº 264/99, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e PEC nº 30/00, altera a alínea "C" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados); entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

#### 11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 61/00, institui Programa de Avaliação Seriada Anual para o acesso às instituições de ensino superior públicas; PLC nº 9/00, altera o art. 36 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; PLC nº 100/00, acrescenta parágrafo ao artigo 26 da Lei nº 20/96, que dispõe sobre a inclusão da matéria de informática nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus; PLC nº 8/01, institui o Dia da Televisão; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

#### 14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: audiência pública para ouvir o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias. *Plenário 2 do Anexo II (Câmara dos Deputados)*

17h — Comissão Mista do Código Florestal destinada a examinar a MP 2.080-62, altera os artigos 1º, 4º, 14, 16 e 44 e acresce dispositivos à Lei nº 4.771/65, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393/96, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

#### 18h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Aviso nº 8/01, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 5/00, adotada pelo Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre o relatório de inspeção realizada na telecomunicações da Mato Grosso S.A. (Telemat); Aviso nº 34/00, encaminha ao Senado cópia do Acórdão nº 30/00, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Hospital Geral de Caxias do Sul (RS); Aviso nº 92/00, encaminha ao Senado cópia do Acórdão nº 249/00, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM); Aviso nº 35/00, encaminha ao Senado relatório das atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre de 1999; Aviso nº 78/00, encaminha ao Senado cópia do Acórdão nº 71/00, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, sobre tomada de contas especial instaurada em nome de gestores do Centro Social Dr. Pio Guerra — Vicência (PE) em face de desvio de recursos financeiros recebidos do extinto Ministério da Ação Social; Aviso nº 79/00, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 340/00, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na área de pesquisa e desenvolvimento de projetos da Universidade Federal de Santa Catarina; e Aviso nº 29/01, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 1.090/00, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria realizado na obra de construção do Anel Rodoviário de Fortaleza (CE). *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

### ESPECIAL

#### 12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Planeta Vermelha*, de Antony Hoffman. *Auditório Petrônio Portella*

### PREVISÃO

#### PLENÁRIO

#### Quinta-feira

#### 10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 10/00, altera a alínea "d" do inciso VI do art. 150 da Constituição federal, que institui a imunidade tributária para cadernos escolares; Mensagem nº 135/94, solicita autorização do Senado para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, entre o estado do Maranhão e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 79 milhões, de principal, destinada a financiamento parcial de projeto de reabilitação e conservação de rodovias, em virtude de a mesma haver perdido a oportunidade; Mensagem nº 168/97, encaminha o termo aditivo ao contrato celebrado entre a Caixa Econômica Federal e o estado do Rio de Janeiro, com a garantia da União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, em virtude da mesma haver perdido a oportunidade; e PR nº 55/98, autoriza a prefeitura de São Bernardo do Campo (SP) a emitir, mediante ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município (LFTM/SBC), cujos recursos serão destinados ao pagamento da oitava parcela de precatórios judiciais, bem como de seus complementos da primeira à sexta parcelas, em virtude de o mesmo haver perdido a oportunidade.

#### Sexta-feira

#### 9h — Sessão não deliberativa

### COMISSÃO

#### Quinta-feira

#### 14h30 — Conselho de Ética

Pauta: acareação entre os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda e a ex-diretora do Prodasen Regina Borges. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Projeto incentiva emprego para maiores de 40 anos

Proposta de autoria de Jefferson Péres deve ser examinada hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos. Também estão na pauta mudanças na Lei Agrícola e normas para acabar com a guerra fiscal entre os estados

As empresas que mantiverem nos seus quadros pelo menos 30% dos empregados com idade superior a 40 anos terão direito a um incentivo fiscal que pode chegar ao valor de até 25% do montante de salários e encargos sociais pagos anualmente. A dedução será feita no cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, segundo

o projeto de lei do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que deverá ser votado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) hoje, às 10h. O projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Além desse projeto, a CAE deverá ainda

apreciar proposta que altera a Lei Agrícola, obrigando o governo a planejar melhor suas políticas para o setor; projeto que obriga as empresas distribuidoras de gás de cozinha a terem mais cuidados com os botijões vendidos à população; e o que isenta da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira) as missões diplomáticas, organismos consulares e repartições de entidades internacionais que atuam no Brasil.

Ao propor a aprovação do projeto de autoria de Jefferson Péres, Simon explicou que a manutenção do vínculo empregatício é particularmente importante para os trabalhadores com idade superior a 40 anos porque, para estes, conseguir uma nova colocação no mercado de trabalho é algo muito mais

difícil do que para os jovens.

Lembrou o senador não serem raros os casos em que essas pessoas com mais de 40 anos, após demissão involuntária, chegam a desistir de procurar um novo emprego, passando a viver de subemprego, e de biscates.

Simon destaca que, apesar da inconveniência de se aprovar no-

qualquer manutenção, apresentando avarias, corrosões, amassados e válvulas danificadas, fatos que, segundo o relator, elevam drasticamente os riscos para os consumidores.

Também obteve parecer favorável do relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), projeto de lei originário da Câmara que altera a chamada Lei Agrícola (Lei 8.171, de 1991), numa tentativa de obrigar o governo federal a definir melhor suas políticas para o setor, vinculando aos planos plurianuais todos os instrumentos de política agrícola, tais como pesquisa, assistência técnica e crédito para investimento e custeio das safras. Para Jonas Pinheiro, "a proposta visa restabelecer um mínimo de planejamento para o setor agropecuário, buscando harmonia e integração entre as ações dos diversos órgãos federais".

Outro projeto que deverá ser apreciado pela CAE, de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), diz respeito a uma tentativa de acabar com a guerra fiscal entre os estados da Federação por meio de uma alteração substancial no ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Basicamente, a proposta combina o princípio do destino das mercadorias (a arrecadação do imposto passa a ser feita por quem "importa" e não por quem produz a mercadoria) com uma alíquota interna mínima de 12%. O relator da matéria, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), deu parecer contrário, afirmando que a idéia pode, de fato, acabar com a guerra fiscal, mas colocaria em risco toda a infra-estrutura fiscal já existente, dificultando ainda sua ampliação e modernização.

vos incentivos fiscais, que implicam queda de receitas para a União, a idéia é vantajosa, principalmente do ponto de vista de redução dos índices de desemprego, que ele considera como "a mais terrível ameaça que paira sobre a tranquilidade do trabalhador".

## BOTIJÕES

Ao analisar o projeto que impõe uma série de obrigações às companhias distribuidoras de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo – o gás de cozinha), originário da Câmara dos Deputados, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), favorável à sua aprovação, assinala que a situação dos botijões de gás hoje em circulação no país é bastante precária, pois a maioria deles não sofreu qualquer reparo ou revisão nos últimos cinco anos. Há casos de botijões que passaram cerca de dez anos sem



Jefferson propõe estímulo para quem contrata pessoas com mais de 40 anos



Simon considera a idéia vantajosa para reduzir o desemprego

## Comissão de Fiscalização examina relatórios do TCU

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) examina em sua reunião de hoje o relatório de atividades do Tribunal de Contas da União (TCU) referente ao quarto semestre de 1999. Entre os sete itens na pauta da CFC, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), está ainda o relatório de inspeção realizada na Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais na área de licitações e contratos.

Também serão examinados pela comissão relatórios de inspeção do TCU na Telecomunicações de Mato Grosso S.A. (Telemat), no Hospital Geral de Caxias do Sul (RS), na obra de construção do anel rodoviário de Fortaleza e na área de pesquisa e desenvolvimento de projetos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O Centro Social Dr. Pio Guerra, em Vicência (PE), foi inspecio-



Ney Suassuna preside a Comissão de Fiscalização e Controle, que tem reunião hoje

nado pelo TCU em face de desvio de recursos recebidos do extinto Ministério da Ação Social.

**O QUE PREVÊ O PROJETO**

Empresas que tiverem pelo menos **30%** dos empregados com idade superior a **40 anos** habilitam-se a um incentivo fiscal no valor de até **25%** do montante de salários e encargos sociais pagos anualmente

## Martus Tavares explica LDO na Comissão de Orçamento

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, comparecerá hoje perante o plenário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para explicar aos deputados e senadores que a integram os pontos considerados fundamentais pelo governo na proposta da nova Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A proposta já está adequada à Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe a todas as esferas governamentais um rígido sistema de controle e austeridade nas finanças públicas.

A LDO 2002 traz, entre suas mais importantes metas fiscais, um resultado primário positivo das contas públicas (receitas menos

despesas, excluindo juros da dívida pública), fixado em R\$ 31,69 bilhões, equivalente a 2,4% do PIB (Produto Interno Bruto), sendo R\$ 26,4 bilhões do Orçamento Fiscal e da Seguridade e R\$ 5,2 bilhões das empresas estatais.

Com a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO também deve dispor sobre o estabelecimento das metas fiscais do país; fixar critérios para limitação de empenho e movimentação financeira; fazer a avaliação financeira e atuarial dos regimes de previdência social

próprios dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); e definir a expansão das despesas obrigatórias de natureza continuada e os riscos fiscais.



Martus Tavares diz que o governo considera fundamental na nova LDO

## Proposta para 2002 tem inovações

Entre as principais alterações trazidas pela LDO 2002 – a lei que define os parâmetros dos gastos públicos e as diretrizes orçamentárias – destaca-se a inclusão do pagamento do Sistema Único de Saúde (SUS), do seguro-desemprego e do abono salarial entre as despesas que poderão ser executadas antes da vigência da Lei Orçamentária, não sendo, portanto, prejudicadas por uma eventual demora na tramitação do orçamento no Congresso.

Na LDO deste ano, previam-se liberações de recursos antes da vigência do orçamento apenas para despesas de pessoal, benefícios previdenciários, pagamento de juros e transferências constitucionais.

A nova LDO, que está tramitando na Comissão de Orçamento, introduz ainda algumas modificações com relação ao pagamento de precatórios – estabelecendo critérios para o seu parcelamento e obrigan-

do todas as unidades orçamentárias a discriminar esse desembolso na Internet. A proposta permite também à União transferir recursos destinados à descentralização dos sistemas de transporte ferroviário de passageiros urbanos e suburbanos.

A conjugação da Lei de Responsabilidade Fiscal com a LDO, segundo se ressalta na área técnica do Ministério do Planejamento, é fundamental para permitir ao governo o cumprimento das metas acertadas no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em março, o resultado primário para as contas do setor público consolidado foi superavitário em R\$ 6,2 bilhões, alcançando R\$ 15 bilhões (5,24% do PIB) no acumulado do ano. Esse valor supera em R\$ 5 bilhões o critério de desempenho fixado na sétima revisão do acordo com o FMI para o primeiro trimestre deste ano.



# Eduardo quer alterar MP do Código Florestal

Senador sugere o zoneamento econômico-ecológico da Amazônia como forma de identificar vocação da área de floresta

O zoneamento econômico-ecológico da Amazônia foi defendido pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) como forma de promover a ocupação produtiva e sustentada da região. De acordo com o senador, o trabalho de zoneamento permitirá identificar com precisão qual a área passível ou não de derrubada da floresta.

Eduardo quer alterar a medida provisória que dispõe sobre o Código Florestal, a ser enviada ao Congresso Nacional pelo Executivo. Segundo o senador, a média de 20% passível de desmatamento, estabelecida pela MP, pode não representar a realidade em vários pontos específicos, já mapeados. O senador lembrou que o zoneamento já é lei em alguns estados, como Tocantins e Rondônia, o que trará conflitos com a nova MP.

– Existem áreas na Amazônia absolutamente intocáveis, onde nem 1% da floresta pode ser



Para Eduardo, Senado deve homologar legislações estaduais e governo deve liberar verbas para o zoneamento

derrubado, assim como existem outras onde a vegetação original, que nem sempre é mata amazônica, pode ser derrubada muito além de 20%, 30%, 40% ou 80% – disse Eduardo Siqueira Campos. Ele afirmou ainda que somente o conhecimento efetivo do local permite definir isto adequadamente.

O senador enumerou as mudanças que pretende introduzir na

MP do Código Florestal. Para ele, o percentual de 20% só poderá ser aplicado nos estados que tiverem concluído e institucionalizado o zoneamento. Assim, os 20% seriam apenas uma referência geral. Eduardo quer também que o Senado homologue as legislações estaduais e que o governo libere verbas para os estados da Amazônia e do Centro-Oeste para o zoneamento.

## Patrocínio defende estímulo ao uso de remédios fitoterápicos

Ao protestar contra os preços abusivos dos remédios, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) defendeu o uso crescente dos fitoterápicos como forma de baixar o custo final dos medicamentos. Hoje, no mundo, o mercado dos fitoterápicos movimenta US\$ 40 bilhões anuais, mas a parcela brasileira é de apenas US\$ 700 milhões, apesar da riquíssima biodiversidade do país, afirmou.

Segundo Patrocínio, para se ter idéia do que o país está perdendo ao não investir nesse tipo de pesquisa, um fitoterápico como o Ginkgo Biloba, utilizado contra doenças degenerativas, movimenta no mundo US\$ 280 milhões por ano. No Brasil, o fitoterápico líder de vendas, o Vick Vaporub, é desenvolvido por uma multinacional e fatura quase US\$ 21 milhões anuais.

O senador lembrou que os remédios sintetizados, que domi-



Patrocínio: opção pelos fitoterápicos representa oportunidade de o Brasil fabricar seus próprios medicamentos

nam amplamente o mercado, estão cada vez mais caros e com preços abusivos, sendo possível, por meio da fitoterapia, baratear muito o custo final dos medicamentos. Tradicionalmente, o Brasil tem ignorado as potencialidades de sua diversidade biológica, que repre-

senta um manancial inegotável para a produção de fitoterápicos. Mesmo nos dias de hoje, o faturamento do país com fitoterapia corresponde a apenas 4% dos remédios vendidos, disse.

Patrocínio afirmou que os preços mais baixos não constituem a única vantagem dos remédios fitoterápicos. Para o Brasil, essa opção representa a possibilidade de fabricar seus próprios fármacos. Como oitava economia do mundo, o país não pode continuar na situação de completa dependência da importação de matérias-primas para obter medicamentos, afirmou. “Além de uma questão de saúde e qualidade de vida da população, trata-se de uma situação envolvendo a segurança nacional”, concluiu.

## Lúcio Alcântara ressalta vantagem de pólo econômico

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) enalteceu estudo realizado pela vice-governadoria do Ceará sobre a implantação de pólos econômicos, os chamados *clusters*. De acordo com Alcântara, nesses pólos, pequenas e médias empresas de um mesmo setor funcionam integradas, por meio da instalação de suas plantas fabris em um mesmo espaço geográfico.

O histórico do *cluster* de São João do Araru (CE) foi relatado pelo senador. Na cidade há fábricas de móveis de madeira, estimuladas pelo governo do estado, que passou a comprar carteiras escolares fabricadas na localidade. Alcântara salientou que há grandes vantagens econômicas provenientes da implantação de um pólo como esse.

– Com os *clusters*, pequenas e médias empresas podem usufruir de economias de escala às quais não teriam acesso se produzissem isoladamente – afirmou, propondo a disseminação de *clusters* como alternativas para o desenvolvimento. Ele destacou a facilidade para formar parcerias em que se compartilham riscos, custos de produção e de treinamen-



Segundo Alcântara, pequenas e médias empresas funcionam de maneira integrada nos pólos

to de mão-de-obra.

Segundo o estudo, o tempo para a implantação de um pólo setorizado, em que numerosas empresas de médio porte se complementam, é de apenas dez anos, o que facilita as ações governamentais nesse sentido. O prazo para a maturação de um *cluster*, segundo Alcântara, era de 50 anos no início do século 20. O senador lembrou que no Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, funciona um bem-sucedido *cluster*, que se transformou em pólo exportador de calçados.

## Hartung propõe água de graça para famílias carentes

As Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deverão examinar proposta do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que garante fornecimento de água a famílias carentes e atribui ao Ministério da Saúde a fixação de cota mínima mensal de consumo gratuito de água para cada região do país. Pela proposta, serão levados em conta o equilíbrio econômico-financeiro das companhias de saneamento básico e a preservação dos aspectos sociais dos respectivos serviços básicos.

– A lógica dessa fixação se baseia no fato de que, uma vez assegurado o fornecimento mínimo necessário ao consumo da família, poderá haver redução nas perdas do sistema – via furto –, já que, salvo melhor juízo, a alegação do estado de necessidade seria discriminante no caso de famílias carentes, que são aquelas que o projeto visa proteger – afirmou Hartung na justificativa.

O projeto modifica a lei que dispõe sobre as tarifas dos serviços



Paulo Hartung propõe que o Ministério da Saúde fixe cota mínima de consumo

públicos de saneamento básico e prevê o adequado atendimento dos usuários de menor consumo, com base em tarifa progressiva. O que exceder da cota mínima será cobrado com base nos valores fixados para as faixas subsequentes.

Ao adotar o sistema de tarifa progressiva conforme faixas de consumo, segundo o senador, fica indicado o procedimento de que o próprio sistema de saneamento venha a financiar a concessão da gratuidade às famílias de baixa renda.

## Segurança da urna eletrônica em debate

O programa *Cidadania* discute hoje na TV Senado as possíveis falhas no sistema eleitoral da urna eletrônica. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) e o coordenador do Fórum do Voto Eletrônico, engenheiro Amílcar Bruno Filho, falam sobre o assunto. O senador é autor do projeto de lei que propõe modificações no sistema para aumentar a garantia, a transparência e a segurança do voto feito na urna eletrônica. O *Cidadania* vai ao ar às 6h30, 13h30 e 19h30.

A crise energética é o assunto do programa *Entrevista* de hoje. O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) explica que a necessidade de redução do consumo de energia no país deve-se à falta de chuvas e, conseqüentemente, ao baixo nível de água nos reservatórios. A TV Senado exibe o *Entrevista* às 3h30, 7h30 e 20h30.

O Dia Internacional do Trabalho é o assunto do programa *Entrevista* das 9h30 e 18h30. O sena-



Roberto Requião é autor de projeto que visa aumentar segurança do voto

dor Geraldo Cândido (PT-RJ) defende mudanças para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador. Ele cita projeto de sua autoria que propõe a redução da jornada de trabalho de 40 para 35 horas semanais.

A TV Senado apresenta ainda, às 4h, 8h e 19h de hoje, o especial *Amazônia*, sobre as riquezas, potencialidades e problemas ecológicos e econômicos da região amazônica. Também estão programados para hoje os especiais *Milton Campos: A Política como Vocação*, às 2h30; e *Gustavo Capanema: Um Modernista no Ministério*, às 5h.

Às 10h, a TV Senado transmite a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, em que está prevista a votação de 12 itens. Logo após, deve ir ao ar a reunião da Comissão de Infra-Estrutura, que apreciará a indicação de Eduardo Henrique Ellery Filho e Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa para diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

## Lobão: Mesa deve decidir sobre quebra de decoro

A abertura de eventual processo por quebra de decoro parlamentar contra os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) terá de ser decidida pela Mesa do Senado, informou na segunda-feira o primeiro-vice-presidente da Casa, Edison Lobão (PFL-MA). Segundo ele, ainda que o Conselho de Ética resolva processar ACM e Arruda, a Mesa — integrada por sete senadores, incluindo o presidente Jader Barbalho (PMDB-PA) — poderá arquivar a denúncia, de acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Senado.

Lobão explicou que o exame da denúncia contra os dois parlamentares deveria ter começado na Mesa, assim como ocorreu no caso do senador cassado Luiz Estevão (PMDB-DF). Já que o início se deu no conselho, agora a matéria terá de voltar à Mesa. Se esta decidir acolher eventual parecer propondo o processo, o relatório voltará ao conselho para o trâmite, nos termos do Regimento, que

prevê prazos para a defesa. Dali a matéria seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), passando novamente pela Mesa apenas por formalidade.

Caso o processo contra Antonio Carlos e Arruda seja aprovado, a questão será decidida em 30 ou 40 dias, na avaliação do senador maranhense, que está aguardando parecer jurídico a ser utilizado pela Mesa no encaminhamento da denúncia. Ele acredita que no máximo até o fim de junho o Plenário já terá votado pela cassação ou manutenção dos mandatos dos dois senadores. Lobão lembrou que em todas as instâncias o voto dos senadores será secreto.

O primeiro-vice-presidente do Senado disse considerar uma injustiça a imagem negativa que a Casa vem tendo na opinião pública.

—Esse (a violação do painel) é um episódio numa Casa que tem trabalhado muito pelo Brasil. Não creio que o povo deseje a ditadura, mas é o que ocorreria se o Senado e Câmara fossem inviabilizados — afirmou.

## CCJ examina projeto que reduz campanha eleitoral

Proposta de Bornhausen determina também que intervalo entre o primeiro e o segundo turno será reduzido para três semanas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprecia hoje, a partir das 10h, projeto de lei do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que reduz o tempo de campanha eleitoral. Conforme Bornhausen, a proposta, relatada favoravelmente pelo senador licenciado José Jorge (PFL-PE), contribuirá decisivamente para reordenar o sistema eleitoral brasileiro, principalmente depois da aprovação do financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais, em votação realizada semana passada no Plenário do Senado.

Conforme o projeto, a campanha eleitoral só poderá começar 40 dias depois da data definida pela legislação eleitoral em vigor. A proposta também reduz o intervalo entre o primeiro e o segundo turno da eleição de quatro para três semanas. Bornhausen pretende ainda alterar o critério de divisão do horário eleitoral gratuito, que passaria a levar em consideração o tamanho das bancadas dos partidos na Câmara dos Deputados no início da le-



Bornhausen sugere também mudança no critério de divisão do horário eleitoral gratuito

gislativa, e não no início do ano eleitoral.

Na reunião, os membros da CCJ analisarão outros 15 itens. Um deles é o projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC) que impede a candidatura de suplentes que sejam parentes até o segundo grau do candidato ao Senado. A matéria tem o apoio da relatora, senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE).

Com relatório favorável do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), a

CCJ avalia a proposta de emenda à Constituição (PEC), já aprovada na Câmara, que busca incluir os dentistas entre os servidores autorizados a acumular cargos públicos. Atualmente, somente médicos e professores podem ocupar simultaneamente mais de um emprego público.

Álvaro Dias é autor da PEC que possibilita a nomeação dos membros de tribunais de contas estaduais e municipais por meio de concurso público, que também está na pauta da CCJ, com relatório favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM). Em outro projeto que conta com o apoio do relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), Álvaro Dias sugere que os relatórios das caixas-pretas de aviões acidentados sejam divulgados no *Diário Oficial*.

Na reunião, a CCJ pode emitir sua opinião acerca de projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que regula o comércio eletrônico pela Internet. O relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), é favorável à proposta.

## Lauro Campos culpa FHC pela crise no Senado

O senador Lauro Campos (sem partido-DF) culpou o presidente Fernando Henrique Cardoso pela crise que está vivendo o Senado, em razão das investigações sobre a violação do painel eletrônico e as denúncias contra o presidente da Casa, Jader Barbalho (PMDB-PA). Segundo Lauro Campos, ao tentar disputar espaço com o ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e na pretensão de ser "ditador único", Fernando Henrique forçou a eleição de Jader para suceder Antonio Carlos, provocando o confronto dentro do Congresso.

Para Lauro Campos, Fernando Henrique tem sido bem-sucedido na sua estratégia de enfraquecer o Legislativo, de

modo a conduzir sem maiores resistências a sua política econômica neoliberal e aprovar as matérias de seu interesse no Congresso. Na opinião do senador, quem está pagando é o país, uma vez que os recursos públicos se esgotam na salvação de bancos falidos e na privatização de empresas.

Em sua análise, Lauro Campos usou a expressão "irmãos siameses" para se referir à aliança política que elegeu Fernando Henrique com apoio de Antonio Carlos. A crise atual seria como que a conseqüência da separação desses "gêmeos" políticos empreendida pelo presidente da República.

—É preciso ver que o jogo de Antonio Carlos em parte protegia o Senado e a sua imagem — disse Lauro Campos.



Para Lauro, Fernando Henrique premeditou o enfraquecimento do Legislativo

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) lamentou que o mais importante no momento sejam os holofotes dirigidos ao Conselho de Ética, onde Antonio Carlos e José Roberto Arruda estão sendo investigados. O senador acreano propôs que todos os senadores abram mão de seus sigilos bancários como demonstração de disposição para a transparência e a ética.

# Comissão analisa proposta que amplia o PAS

Projeto de José Roberto Arruda visa assegurar o acesso sem vestibular a instituições de educação superior não-universitárias integrantes do sistema federal de ensino. Parecer de José Fogaça é favorável

A Comissão de Educação reúne-se hoje, às 11h30, para discutir uma pauta de oito itens, entre os quais projeto do senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) que institui o Programa de Avaliação Seriada Anual (PAS) para acesso às instituições de ensino superior públicas. O parecer do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), é pela aprovação da matéria, com uma emenda.

O projeto de Arruda visa assegurar a utilização do PAS como processo seletivo para ingresso em instituições de educação superior não-universitárias integrantes do sistema federal de ensino. Poderão submeter-se ao PAS os alunos que estiverem cursando o ensino médio. De 25% a 75% do total de vagas oferecidas anualmente por essas instituições serão reservadas, de acordo com a

proposta, aos participantes do PAS. As instituições terão prazo de cinco anos para ajustar-se e criar as condições necessárias à adoção do programa.

Adotado inicialmente pela Universidade de Brasília (UnB), no Distrito Federal, e pela Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, o PAS vem despertando interesse de jovens de vários lugares, segundo afirmou Fogaça.

Na última avaliação realizada pela UnB, compareceram candidatos de 21 estados, informou o relator, que apresentou emenda no sentido de que os critérios e normas de seleção sejam uniformes e abertos a qualquer escola do país.

Outro projeto na pauta da Comissão de Educação visa incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias no currí-

culo do ensino médio. De autoria do deputado Padre Roque (PT-PR), a matéria tem parecer favorável do senador Álvaro Dias (PSDB-PR). Também está na pauta projeto do deputado Vic Pires Franco (PFL-PA) que inclui conteúdos e práticas de informática nos currículos do ensino fundamental e médio. O parecer do relator, senador Nilo Campos (PSDB-RJ), é pela aprovação.

## Suplicy defende a manutenção do Programa Especial de Treinamento

A manutenção do Programa Especial de Treinamento (PET) foi defendida em Plenário pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Segundo o parlamentar, o Ministério da Educação está propondo acabar com esse programa "de comprovado sucesso pedagógico", que atinge cerca de 3,5 mil alunos, além de cumprir com os objetivos propostos, tanto no que se refere à avaliação do aproveitamento individual, como na eficácia institucional.

A necessidade de democratizar o PET, de acordo com Suplicy, é uma justificativa contraditória apresentada pelo ministério para extinguir o programa, pois com a nova proposta o custo individual vai passar de aproximadamente R\$ 3,6 mil para cerca de R\$ 21,5 mil, além de veicular uma formação mais individualizada e não pressupondo a integração das universidades com a comunidade externa.

— A nova proposta atinge menos



Eduardo Suplicy aponta "justificativa contraditória" e lamenta desatenção do ministro

alunos, absorve muito tempo do professor, realiza um trabalho diferenciado dos demais e o custo-aluno é bem mais elevado que o do PET — observou Suplicy.

O PET foi criado em 1979 com o objetivo de contribuir para a melhoria do ensino superior, fortalecer a formação da carreira do pesquisador, implementar o trabalho em gru-

po envolvendo professores e alunos numa perspectiva interdisciplinar e aproximar a universidade da comunidade, informou o senador.

Suplicy lembrou que a Comissão de Educação enviou em dezembro ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, requerimento da senadora Emília Fernandes (PT-RS) solicitando as informações necessárias para que o Senado apoiasse o PET com maiores dados quanto aos seus resultados, às dificuldades que vem encontrando e as alternativas de continuidade. Em março, segundo Suplicy, o ministério enviou uma resposta vaga, explicando que apenas poderia atender ao requerimento quando contasse com informações a serem coletadas. Ele lembrou que a Câmara aprovou audiência pública para discutir o tema e lamentou que o Legislativo "esteja sendo vítima de profunda desatenção por parte do ministro da Educação".

## Ficção científica ganha espaço no projeto Cultura ao Meio-Dia em maio

Durante o mês de maio, o projeto Cultura ao Meio-Dia, desenvolvido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal, vai apresentar uma programação especial, com produções do cinema americano e destaque para filmes de ficção científica.

Hoje será exibido *Planeta Vermelho*, ficção científica sobre uma expedição de astronautas que vai a Marte em busca de um local onde a espécie humana possa sobreviver. Dirigido por Antony Hoffman, o filme tem no elenco Val Kilmer

e Tom Sizemore.

No dia 9, a atração será *Suando Frio*, dirigido por Hugh Johnson, com Cuba Gooding Jr., filme de ação sobre operação secreta de pesquisa científico-militar que fica fora de controle, provocando a morte de diversos funcionários.

*Cowboys do Espaço*, filme de Clint Eastwood, com ele, Tommy Lee Jones, Donald Sutherland, James Garner e James Cromwell, será exibido no dia 16. O filme narra a história de Frank Corvin, um piloto aposentado que chegou a tra-

balhar na Nasa e é chamado às pressas para consertar no espaço um antigo satélite, mas impõe como condição levar três amigos.

No dia 23, será apresentado *O Exorcista*, produção de 1973 dirigida por Willian Friedkin, com Ellen Burstyn e Max Von Sydow. História de terror, que se passa em um bairro tranquilo, onde Regan, uma jovem inocente, sofre de um mal desconhecido. Os médicos tentam em vão tratá-la. Em desespero, sua mãe chama um padre que decide realizar um exorcismo.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

1h — *Cidadania* — O sen. Roberto Requião e Amílcar Brunazo Filho falam sobre as urnas eletrônicas  
2h — *Saúde/Unip* — Diversidade e conservação da Amazônia — Parte 2  
2h30 — *Especial* — Milton Campos: a política como vocação  
3h30 — *Entrevista* — O sen. Leomar Quintanilha fala sobre a crise energética  
4h — *Especial* — Amazônia  
4h30 — *Saúde/Unip* — Diversidade e conservação da Amazônia — Parte 2  
5h — *Especial* — Gustavo Capanema: um modernista no ministério  
6h — *Cores do Brasil* — Rio Grande do Sul  
6h30 — *Cidadania* — O sen. Roberto Requião e Amílcar Brunazo Filho falam sobre as urnas eletrônicas  
7h30 — *Entrevista* — O sen. Leomar Quintanilha fala

sobre a crise energética  
8h — *Especial* — Amazônia  
8h30 — *Saúde/Unip* — Diversidade e conservação da Amazônia — Parte 2  
9h — *Cores do Brasil* — Belém  
9h30 — *Entrevista* — O sen. Geraldo Cândido fala sobre o Dia Internacional do Trabalho  
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)  
*Logo após* — Comissão de Infra-Estrutura (gravado)  
13h30 — *Cidadania* — O sen. Roberto Requião e Amílcar Brunazo Filho falam sobre as urnas eletrônicas  
14h30 — Sessão Plenária (vivo)  
18h30 — *Entrevista* — O sen. Geraldo Cândido fala sobre o Dia Internacional do Trabalho  
19h — *Especial* — Amazônia  
19h30 — *Cidadania* — O sen. Roberto Requião e Amílcar Brunazo Filho falam sobre as urnas eletrônicas  
20h30 — *Entrevista* — O sen. Leomar Quintanilha fala sobre a crise energética  
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das notícias do dia  
21h30 — Sessão Plenária (representação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal

DirectTV: canal 163

Sky Net: canal 30

Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica - Sistema Digital:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 Mhz
- Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- FEC: 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização - Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# Lobão pede recuperação de estradas

Senador diz que transporte rodoviário no Maranhão está perto do colapso em razão do estado caótico da malha viária federal. Em certos trechos, a produção só pode ser escoada por barco

Ao criticar a situação das rodovias federais em todo o país, o senador Edison Lobão (PFL-MA) cobrou providências imediatas para a restauração das BRs 010, 135, 222, 226 e 316, todas localizadas no Maranhão. Ele explicou que os buracos, o corte de pistas, a falta de asfalto em certos trechos, a ausência de sinalização e o acostamento irregular ou inexistente são os principais problemas nessas estradas.

— O pior é que não há previsão de reparos. Portanto, não há esperanças de que sejam recuperadas as rodovias federais no Maranhão. Há, pois, iminente risco de que o transporte rodoviário no estado sofra um colapso — advertiu o senador.

Segundo Lobão, na BR-316, em virtude do rompimento de trechos em Santa Luzia de Paruá, os passageiros de ônibus fazem o traslado de um lado para outro por meio



Lobão: esforços do governo do MA são "uma gota d'água diante do abandono das rodovias federais"

de botes. "Produtores da Baixada Maranhense só conseguem escoar seus produtos por meio de lanchas", explicou.

Edison Lobão informou que o governo do Maranhão vem fazendo sua parte ao anunciar um plano de restauração de 228,4 km de estradas estaduais na Baixada Mara-

nhense, um investimento de R\$ 25 milhões. Ele antecipou que os recursos serão destinados à pavimentação, restauração de asfalto e pontes em sete trechos críticos. "É uma ajuda importante para os produtores da região, mas uma gota d'água diante do abandono das rodovias federais", comparou.

O senador lembrou que no período em que governou o Maranhão se viu obrigado a destinar recursos para investimentos no asfaltamento e na conservação de vários trechos de rodovias federais. Ele disse que precisava assegurar a ligação rodoviária de trechos importantes para escoar a produção. "Os reclamos do estado junto ao governo federal não eram atendidos, e promissoras regiões tinham paralisadas suas economias", registrou.

Essa não é a primeira vez que Lobão ocupa a tribuna do Senado para

cobrar melhorias na malha rodoviária federal. Ele lembrou que, em 1995, logo ao assumir o seu segundo mandato, fez pronunciamento dizendo que "as administrações anteriores não podiam ter deixado as rodovias brasileiras, avaliadas em US\$ 150 bilhões, atingirem o estado de deterioração que atingiram".

Em aparte, Bello Parga (PFL-MA) disse que a bancada federal maranhense vem há algum tempo solicitando junto aos ministros Eliseu Padilha, dos Transportes, e Martus Tavares, do Orçamento, a liberação de recursos para a recuperação da malha viária federal do estado. Já o senador Lauro Campos (sem partido-DF) disse que o sucateamento das estradas faz parte de uma estratégia do governo para privatizá-las. Ele disse que o mesmo foi feito com a saúde, a educação e as empresas estatais.



Romero Jucá ressaltou o aumento do volume de produção dos dois órgãos da administração federal

## Jucá registra os avanços do Inmetro e do INPI

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou, do Plenário, o aumento de produção atingido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) em 2000. Ao comentar dados relativos ao volume de produção dos dois órgãos vinculados ao Ministério do Desenvolvimento, ele creditou os resultados a medidas de dinamização tomadas pelas respectivas administrações.

Jucá apontou duas providências adotadas pelo INPI e que tiveram repercussão no intercâmbio comercial, elevando as exportações. O órgão, informou, adotou a Classificação Internacional de Marcas, corrigindo um erro histórico, já que o Brasil adotava uma classificação distinta dos parceiros comerciais. A outra medida diz respeito à Classificação Internacional de Desenho Industrial, que também contribuiu para colocar o país em sintonia com os países-membros da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Conforme o senador, no ano passado, foram registrados no INPI 9.293 patentes, 1.687 contratos de transferência de tecnologia, 52.476 marcas e 652 programas de computador, entre outros.

Em relação ao Inmetro, Jucá destacou que o órgão conquistou o Prêmio Ouro de Qualidade do Governo Federal e foi a única autarquia a receber a distinção entre 66 concorrentes, das quais 26 chegaram à final após rigorosa análise. Em 2000, acrescentou o senador, o Inmetro realizou 9 milhões de serviços de verificação de instrumentos de medição e concedeu mais de 6 mil certificações do certificado de qualidade ISO (International Organization for Standardization).

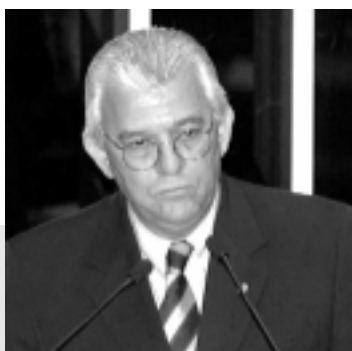
## Moreira responsabiliza governo por má conservação das rodovias

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) criticou o governo federal pelo descaso na conservação das rodovias economicamente mais importantes da região amazônica. No estado de Rondônia, ele ressaltou a situação precária da BR-364, que liga o Brasil ao Oceano Pacífico, passando pelo Acre, e é a espinha dorsal de todo o sistema de transportes do estado, além de ser a principal rodovia de integração com outras regiões do país e única opção de acesso rodoviário para o Acre, Amazonas e Roraima.

Apesar das constantes solicitações das lideranças do estado, o senador afirmou que o governo federal não tem dado atenção às demandas da região.

— Lamento ressaltar que nos causa espanto o abandono a que estão relegadas as rodovias e não posso deixar de dizer que o governo federal é o grande culpado — disse.

Moreira Mendes referiu-se ainda à precariedade das BRs 421, 425 e 429. No caso da primeira, apontou a necessidade de pavimentação nos municípios de Ariquemes, Montenegro, Guajará-Mirim e Nova Mamoré, onde projetos agrícolas importantes estão sendo desenvolvidos. O governo federal estaria em débito também, segundo o senador, em relação à BR-425, no trecho de Guajará-Mirim, na



Moreira: governo federal não tem atendido às demandas da região amazônica no campo viário

fronteira do Brasil com a Bolívia, onde está em expansão zona de livre comércio com fluxo significativo de produtos em direção aos países andinos.

Relatórios técnicos, informou o senador, indicam ainda a necessidade de asfaltar a BR-429, no trecho Presidente Médici, Alvorada d'Oeste e São Miguel do Guaporé, em virtude da importância econômica da região.

O senador ressaltou ter feito contatos com o diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Jaime Pacheco, em quem constatou "vontade verdadeira de amenizar esses problemas". Conforme Moreira Mendes, o ex-governador de Rondônia Waldir Raupp teria desviado recursos federais destinados às BRs 421 e 364.

## Gilvam defende proibição de fumo para motoristas

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu a aprovação de projeto de sua autoria propondo uma emenda aditiva ao Código de Trânsito Brasileiro para proibir que os motoristas fumem enquanto estão dirigindo. Ele afirmou que a associação entre o fumo e a condução de veículos automotores expõe a riscos o motorista fumante e outras pessoas dentro do carro, do lado de fora ou próximas a ele. Além da proibição de dirigir fumando, Gilvam defendeu a realização de campanhas oficiais de esclarecimento para combater tal prática.

— As razões para a proscricção desse comportamento vão muito além dos aspectos de saúde e prevenção de doenças ligadas ao consumo de produtos derivados do tabaco, fatos cuja consciência, nos últimos decênios, vêm fazendo os legisladores de todo o mundo restringirem cada vez mais a liberdade de fumar — afirmou Gilvam Borges.

O primeiro argumento apresentado pelo senador do Amapá ao justificar a proposta é o fato de o ato de fumar ocupar uma das mãos do fumante, trazendo prejuízos à rapidez de reação do motorista nos casos em que seus reflexos são exigi-

dos. Ele registrou que só isso já seria suficiente para enquadrar a conduta no inciso V do artigo 252 do Código de Trânsito, que proíbe dirigir usando apenas uma das mãos.

Na defesa da proposta, Gilvam Borges informou que pesquisas médicas comprovam que o fumo induz a um relaxamento de algumas funções cerebrais. Dirigir fumando, concluiu o senador, diminui a atenção do motorista e sua prontidão para tomar ações emergenciais, quando exigidas pelas circunstâncias do trânsito.

Outro aspecto levantado pelo senador foi o destino dos resíduos dos cigarros: as cinzas

e as guimbas. Ele destacou que, embora todos os modelos de automóvel possuam cinzeiros em seus painéis ou portas, grande parte dos que dirigem fumando atiram as pontas dos cigarros pela janela do carro. Gilvam alertou para o perigo.

— Não é desprezível o risco de uma ponta dessas, atirada por um motorista inconseqüente, queimar um inocente transeunte ou algum passageiro de carro que passe ao lado no momento — comentou, acrescentando que vários incêndios em florestas são provocados anualmente por motoristas fumantes.



Gilvam: fumar dirigindo pode causar acidentes e até incêndios florestais



## Lúcio Alcântara recomenda cautela em relação à Alca

Para parlamentar, o Brasil não deve aderir à Área de Livre Comércio das Américas se os EUA continuarem com suas práticas protecionistas

“É muito difícil aceitar o ingresso do Brasil na Alca sem a garantia de que venderemos mais para os mercados mais ricos.” A afirmação foi feita na última segunda-feira pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao apoiar a posição do presidente Fernando Henrique Cardoso na reunião que discutiu, em Quebec, Canadá, a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Na opinião do senador, as condições apresentadas pelo presidente Fernando Henrique são pontos dos quais o Brasil não pode abrir mão. Ele recomendou que o Brasil se mantenha nessa posição cautelosa e disse que o ingresso do país na Alca tem que ser decidido com maturidade e senso de responsabilidade.

Lúcio Alcântara louvou iniciativas em favor do incremento do comércio mundial, mas sustentou que isso só deve ocorrer com a garantia de aumento das vendas de mercadorias dos países mais pobres. Referindo-se ao fato de



Segundo Alcântara, os produtos brasileiros enfrentam atualmente “inexplicáveis barreiras” nos EUA

que os países ricos gastam cerca de US\$ 100 bilhões anuais com medidas protecionistas, ele condenou a série de práticas utilizadas pelos Estados Unidos.

Além das barreiras tarifárias, Lúcio Alcântara afirmou que o governo norte-americano adota medidas burocráticas que limitam muito a chegada de mercadorias de outros países ao seu mercado

interno. Ele mencionou leis específicas que propiciam o exclusivo desenvolvimento de empresas norte-americanas em determinados mercados.

Também mencionou as exportações brasileiras de camarão e frango para dizer que esses produtos enfrentam “inexplicáveis barreiras burocráticas para chegar ao consumidor americano”. Referiu-se ainda a normas que limitam a empresas norte-americanas as compras governamentais, cotejando isso com o fato de que, no Brasil, até a navegação de cabotagem foi aberta à exploração de empresas estrangeiras.

Alcântara considera impossível o Brasil aderir à Alca se continuar enfrentando tarifas elevadas para colocar naquele mercado produtos em plenas condições de competir com o similar norte-americano. Ele disse que essa restrição com relação à Alca vale também para a discussão sobre o ingresso do Brasil no mercado de livre comércio da União Européia.



Técnica pode evitar a morte por fibrilação cardíaca, explica o senador Tião Viana

## Viana quer acesso público à desfibrilação ventricular

O senador Tião Viana (PT-AC), em discurso feito segunda-feira no Plenário, defendeu que projeto em tramitação na Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados, prevendo o acesso público à desfibrilação ventricular, seja urgentemente conhecido pela sociedade. De acordo com Viana, a desfibrilação ventricular — choque elétrico controlado — é a única maneira de evitar a morte por fibrilação cardíaca, uma das causas mais comuns de óbito em todo o mundo.

Conforme o senador, a aprovação do projeto, que garantirá o acesso de toda a população brasileira à desfibrilação, poderá salvar mais de 100 mil vidas por ano no Brasil. “Assim o Brasil se afirmará como pioneiro em relação à

América Latina”, disse.

Viana foi em missão médica e parlamentar a Washington, EUA, para conhecer o programa de saúde pública realizado com o objetivo de evitar mortes por causa da desfibrilação. A cidade, visitada por Viana, virou modelo de socorro médico nos EUA. Um importante apoio para isso, nos Estados Unidos, foi a aprovação da lei da desfibrilação, também chamada de lei do bom samaritano, que não torna mais crime a tentativa de uma pessoa salvar a vida de outra, se acontecer o óbito ao final da tentativa. A fibrilação, também chamada de “morte súbita”, é uma das maiores causas de óbito nas sociedades modernas e mata anualmente 250 mil pessoas, de acordo com Tião Viana.

## EUA perderam autoridade para cobrar respeito ambiental, diz Jefferson Péres

Em face da decisão do governo dos EUA de não endossar a regulamentação das normas contidas no Protocolo de Kyoto, destinadas a reduzir a emissão na atmosfera de dióxido de carbono e outros gases prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) observou que cabe, mais do que nunca, a indagação:

— Que moral terão esses “donos do mundo” para continuar cobrando do caboclo amazônico, do lenhador indonésio ou do camponês africano um fim às agressões que os povos periféricos infligem a seus respectivos patrimônios florestais, tangidos pela pobreza, pela necessidade, pelo desamparo, enfim, pela falta de perspectivas e alternativas?

Jefferson denunciou o caráter “retrógrado” da decisão norte-americana e salientou que “a questão é séria e urgente”. Ele citou a divul-

gação dos cálculos obtidos por equipe científica do Instituto Tecnológico de Massachussets (MIT), coordenada pelo dr. Henry Jacoby, em que se constata que o mundo pode esperar, na hipótese de nada vir a ser feito, uma elevação da temperatura média de dois e meio graus centígrados até o fim deste século, o que corresponderá a uma elevação do nível médio do mar de até 90 centímetros, no mesmo período.

— Não é difícil imaginar as gravíssimas conseqüências de tudo isso para a sobrevivência do planeta — alertou.

De acordo com o senador, para se ajustarem aos compromissos de Kyoto, os EUA precisam cortar 300 milhões de toneladas do dióxido de carbono que hoje jogam por ano na atmosfera. Ele diz que, respaldadas pela decisão do presidente George Bush, outras nações ricas começam

“a enxergar na atitude americana uma conveniente desculpa para se eximirem dessas mesmas metas”.

Jefferson lembrou que em julho deve se realizar mais uma rodada do processo de Kyoto, em Bonn, na Alemanha. Ele manifestou sua expectativa de que até lá a burocracia norte-americana reflita a respeito do assunto e flexibilize sua rígida posição do momento.

O senador se disse otimista quanto às chances de a comunidade internacional chegar à próxima “Cúpula da Terra”, programada para setembro de 2002, em Johannesburg, “com um consenso operacional capaz de reduzir os riscos do efeito-estufa”. Também manifestou a convicção de que o Senado brasileiro continuará atuando em conjunto com o Executivo na defesa do avanço das negociações sobre as mudanças climáticas mundiais.

## Leomar Quintanilha lamenta falta de geriatras no Brasil

O pequeno número de geriatras no Brasil preocupa o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), que atribui o problema ao aumento da perspectiva de vida da população — hoje, de 68 anos para os homens e 72 para as mulheres. Ele apelou ao governo para que cumpra a Política Nacional do Idoso, criando enfermarias e clínicas geriátricas em todos os hospitais do país.

A falta de geriatras torna-se mais grave, disse, diante da projeção de que a perspectiva de vida média subirá para 80 anos na próxima década. Conforme relatório da ONU citado pelo senador, dentro de 20 anos o Brasil abrigará a quinta população de idosos no mundo.

Segundo Quintanilha, para atender aos mais de 14 milhões de idosos, há 550 geriatras no Brasil, um



Quintanilha: um geriatra para cada 25,5 idosos

médico para cada 25,5 idosos.

— Se não melhorar o atendimento, a maioria dos idosos não conseguirá obter uma boa qualidade de vida, impedindo o exercício pleno de sua cidadania. Sem esta, continuarão a ser tratados como “problemas” e correndo sério risco de serem abandonados ou levados para asilos — observou o senador.

Uma das soluções para a falta de geriatras, segundo Quintanilha, seria cobrar dos responsáveis pela educação superior o cumprimento da Lei 8.842, de 1994, que obriga o MEC a incluir a Gerontologia Social e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores. “Precisamos corrigir essa falha com urgência, com a urgente criação desses cursos”, afirmou.